

EPIDEMIA E SOCIEDADE NO RECIFE IMPERIAL

ROSILENE GOMES FARIAS*

Em janeiro de 1856, uma devastadora epidemia de cólera invadiu o Recife e, em seu momento mais trágico, provocou mais de cem mortes diárias em uma população de cerca de 70.000 habitantes.¹ Naquele tempo, pouco se sabia sobre a doença, visto que a descoberta do bacilo causador pelo alemão Robert Koch só ocorreu em 1884, quase 30 anos depois do surto epidêmico. A falta de informação alimentou o pavor que se instalou entre a população e, nos dias em que a doença assediou mais intensamente o Recife, o agito da cidade foi substituído pelo medo. Por receio do contágio ou em função das medidas preventivas adotadas pelas autoridades, os recifenses modificaram muitos dos seus hábitos. Foi um período de desconfiança e isolamento, quando o convívio social passou a significar uma ameaça.

No Recife, a doença encontrou um ambiente propício à sua propagação. Situado em uma planície cortada pelos rios Capibaribe e Beberibe, ele era cercado por mangues e, apesar de figurar como uma das mais importantes cidades do Império, não dispunha de serviços básicos como abastecimento de água tratada e rede de esgotos, tornando-se vulnerável aos constantes surtos epidêmicos. Uma parcela substancial da sua população morava em mucambos. Eram moradias térreas, erguidas em locais alagadiços e ocupadas por pessoas pobres. Muitos eram mestiços livres, negros libertos ou mesmo escravos que viviam por conta própria. Essa população tornava-se alvo fácil das doenças em função das péssimas condições de trabalho, alimentação e moradia a que estavam submetidos. O último aspecto era particularmente preocupante, pois, em tempos de epidemia, os mucambos podiam se transformar em perigosos focos de contágio (DINIZ, 1997:198 – 207).

Em 1855, quando o cólera já demonstrava o seu poder de destruição em outras províncias brasileiras, o governo provincial empreendeu medidas de higienização visando evitar a sua chegada ao Recife. Atendendo à solicitação da Câmara Municipal,

* UFPE – Doutoranda – CNPQ/CAPS

¹ Relação Numérica da População Livre e escrava do Primeiro Distrito do Termo do Recife (10 de janeiro de 1856). Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano.

o médico Joaquim Aquino Fonseca elaborou um diagnóstico dos principais problemas urbanos do Recife e das suas possíveis soluções. O documento apontava os princípios que deveriam orientar a construção de uma cidade saudável, que deveria ser bem iluminada pelos raios do sol, ventilada e com um traçado quadricular das ruas e praças (DP, 28/08/1855)

Muito distante do modelo de moradia propagado no plano de edificação da cidade, o modo de viver dos recifenses era descrito em um relatório do presidente da província da seguinte forma:

Há ruas nesta capital, sobretudo no bairro do Recife, exclusivamente estreitas, úmidas, mal arejadas, guarnecidas de edifícios velhos e ignóbeis, em que habitam muitas famílias que ali acham à deterioração de sua saúde e até a deterioração de seu moral, pois a imundície que cerca o corpo contamina também a alma.²

Em tais condições, as epidemias urbanas permaneciam como uma constante ameaça à população de Recife. A elas se juntaria o cólera, que encontraria uma cidade insalubre e um corpo médico com poucos conhecimentos sobre a doença. Enfim, um ambiente propício para uma grande tragédia.

Em 1855, quando a epidemia era ainda uma ameaça, chegavam, através dos jornais, notícias das várias províncias atingidas. Através delas era possível ver o rastro de destruição que o cólera deixava ao longo do seu caminho. Uma correspondência enviada ao Diário de Pernambuco, em dezembro daquele ano, trazia notícias nada animadoras de Sergipe.

O cólera ainda é a ordem do dia por todos os pontos da província. Aqui ainda morre, ali vai em princípio, mais acolá está em seu auge. Um lamenta a perda da mãe, outro dos filhos e alguém há que não é chorado, porque todos os seus parentes já foram vítimas. A dor geral corta o coração mais duro (...) Se eu fosse pintar os horrores de certos casos seria imprudente causando sérios cuidados e medo ao povo que ainda não sofreu deste maldito flagelo. É bastante dizer que o nosso Brasil nunca sofreu mal tamanho. Deus favoreça as mais províncias para que fiquem em paz! (DP, 11/01/1856).

² Relatório do Presidente da Província de Pernambuco à Assembléia Legislativa, 1857, p. 22. Arquivo Público Estadual de Pernambuco.

Em 28 de janeiro de 1856, deu-se o primeiro caso na capital de Pernambuco. A vítima morava na Rua do Ouro, freguesia de São José, e retornava de uma viagem a Jaboatão, onde já se registrava a presença do mal. O indivíduo faleceu 24 horas depois de chegar ao Recife e foi reconhecido pela Comissão de Higiene Pública como o primeiro caso de cólera na cidade.

Apesar da proteção que todas as províncias tentavam manter sobre os seus portos, a Comissão informou que o caminho principal do cólera, desde que saíra da capital da Bahia foi atravessando os centros das províncias da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, para depois descer sobre suas capitais, apresentando sempre uma invasão progressiva e jamais simultânea e levando sete meses para chegar à capital de Pernambuco.³

Mesmo antes da epidemia de cólera chegar ao Recife, os jornais passaram a publicar notícias sobre a doença. Muitos dos recifenses – aqueles que tinham acesso a esse meio de comunicação – tomaram conhecimento da epidemia, assim que ela tocou o Brasil pelo porto do Pará, e se mantiveram informados na medida em que a doença avançava sobre outras províncias. Esses relatos baseavam-se em jornais e cartas de todas as partes do império, trazidos pelos navios que chegavam ao porto do Recife, que eram divulgados pelos periódicos locais.⁴

O *Diário de Pernambuco*, considerado “a voz do governo”, oferecia suporte à ação governamental anunciando as providências oficiais que tinham por fim tentar evitar que o mal ultrapassasse os limites da província. Assim, a adoção das quarentenas no porto do Recife e as recomendações para que se mantivessem limpas as ruas e as casas foram amplamente divulgadas, já em 1855.

O *Liberal Pernambucano*, jornal tradicionalmente oposicionista, acompanhava de perto as ações governamentais divulgadas no *Diário*, tecendo duras críticas as medidas que eram consideradas impróprias, tanto na opinião dos redatores quanto das cartas enviadas por particulares que se sentiam incomodados por essas ações. O *Liberal*

³ Relatório do estado sanitário da província de Pernambuco durante o ano de 1856. Comissão de Higiene Pública – Tipografia M. F. de Faria, 1857. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

⁴ Levando em consideração a capacidade humana de propagar boatos, parece razoável pensar que uma considerável parte da população, inclusive aqueles que não tinham acesso aos jornais, tomava conhecimento dessas notícias.

procurava ancorar sua apreciação negativa em dois argumentos principais, sendo o primeiro o de que a falta de habilidade governamental das autoridades teria deixado a província exposta aos riscos da epidemia e o segundo de que as estratégias formuladas para impedir o avanço do cólera eram descabidas e ineficazes. Neste sentido, as quarentenas foram campeãs em número de queixas. Elas eram de tal forma incômodas aos passageiros dos navios e aos comerciantes que esperavam o embarque ou o desembarque de mercadorias, que se tornaram alvos de censuras publicadas em todos os jornais.

O comércio encontra-se paralisado, não por falta de compradores e sim pela falta de gêneros de primeira necessidade, concorrendo para este estado a extemporânea quarentena que sofreram as barcas quando, por causa dos terrores pânticos, foram expostas à prevenção inútil e sem resultado (DP, 05/02/1856).

É importante registrar a participação fundamental dos jornais que, naquele momento, foram fontes imprescindíveis de informação para a população e que, hoje, são como uma janela aberta para o passado por onde é possível visualizar aspectos do Recife imperial. Foram eles que apresentaram os primeiros “sintomas” do cólera, quando a epidemia foi, dia a dia, tomando mais espaço em suas páginas, como um espelho do que ocorria na cidade. Através deles, é possível perceber que não apenas os recifenses, mas também o Recife, refletido nas páginas dos jornais do século XIX, ficou em desalento diante da presença da epidemia. As notícias publicadas naquele período revelam que as atividades cotidianas da cidade, tudo o que a fazia pulsar, parecia, aos poucos, definhando.

Os transportes e o comércio no Recife epidêmico

No século XIX, os navios eram o principal meio de transporte da produção industrial e de matérias primas do comércio mundial. O porto do Recife; um dos mais movimentados do Império e porta de entrada de muitas das embarcações que vinham da Europa, Ásia, África e Estados Unidos; foi o primeiro ponto de intervenção das autoridades, quando foi decretada a quarentena, antes da chegada da epidemia à cidade. O porto funcionava como o “coração” do Recife. As cenas de chegada e saída dos navios que atravessavam o Atlântico, trazendo ou levando pessoas e as mais diversas

mercadorias que abasteciam o comércio local, faziam parte das imagens cotidianas do lugar. De forma geral, tanto o setor de exportação quanto o de importação concentravam suas atividades comerciais naquele lugar. Dele dependia o comércio ultramarino que alimentava a economia da província, tanto para a aquisição de produtos vindos da Europa para serem distribuídos no mercado da capital e da região, quanto para realizar o escoamento da produção local, sobretudo do açúcar e do algodão (SINGER, 1977:301).

Ao ser decretada a quarentena, a entrada de navios passou a ser monitorada pela Comissão de Higiene. Assim, aqueles que vinham de locais atingidos pelo cólera passavam por um período de observação que poderia chegar a dez dias, até obterem trânsito livre para realizar o desembarque. Parece razoável pensar que a medida fosse capaz de ocasionar uma série de transtornos para os importadores, em função da interdição dos produtos perecíveis que tenderiam a corromperem-se nos porões dos navios e da escassez e conseqüente alta nos preços desses produtos para a população. Curiosamente, os dados reunidos nessa pesquisa não revelaram incidentes envolvendo o comércio importador e a adoção das quarentenas. A leitura mais atenta de alguns documentos da Saúde Pública aponta para a possibilidade dos responsáveis pela fiscalização do porto terem dispensado maior atenção às embarcações que faziam o trânsito interprovincial.⁵ Assim, os navios vindos de outros países seriam submetidos à quarentena apenas se, antes de chegar ao Recife, tivessem tocado outro porto brasileiro já invadido pela epidemia.

Além dos navios que atravessavam o Atlântico, o porto do Recife também recebia regularmente vapores procedentes de outras províncias do império. Eles traziam passageiros e cargas de produtos para o consumo interno. Esses eram vistoriados e submetidos à quarentena, procedimento que ocasionou, além dos atrasos para os passageiros, a escassez dos produtos que transportava e a conseqüente alta nos preços para a população local. Muitos desses navios saíam do Recife para viagens interprovinciais, transportando passageiros, escravos “a frete” e mercadorias para outras cidades portuárias do Império.⁶ Estando o Recife em estado de peste, esses vapores ficavam sujeitos às quarentenas estabelecidas nos portos a que se destinavam.

⁵ Sobre a inspeção das embarcações que chegavam ao Recife durante o período em que foi instituída a quarentena do porto, as fontes fazem referência aos “navios nacionais”.

⁶ As notas publicadas diariamente nos jornais contemporâneos indicavam Aracati, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Norte como os destinos mais procurados.

A rotina dos serviços postais também foi alterada pela epidemia de cólera. Ao ser estabelecida a quarentena no porto do Recife, além dos navios suspeitos de contaminação, também as cartas e encomendas em geral passaram a ser desinfetadas no Lazareto do Pina antes de chegar aos destinatários.⁷ Como o local permaneceu guardado por sentinelas, que tinham a função de impedir a comunicação entre os indivíduos isolados na ilha e os moradores da cidade, os contatos indispensáveis deveriam ser feitos durante o dia, exigindo-se que o visitante mantivesse dez braças de distância entre o mar e a terra. Assim, um agente do Correio deveria ir de barco até próximo à ilha, onde receberia as correspondências de um enviado do lazareto e as entregaria na administração do Correio.⁸ Tal procedimento acarretou muitos atrasos na entrega dos jornais, cartas e encomendas que deveriam chegar aos recifenses naquele período; um momento em que aqueles que tinham parentes e amigos em outras províncias aguardavam ansiosamente por notícias que chegavam pelo mar.

Apesar de fortemente dependente da economia externa, o Recife também estava consolidando um comércio local, visto que a cidade demonstrava um perfil condizente com esta atividade. Nela, negociavam-se diversos produtos que atraíam o gosto dos consumidores da cidade e das proximidades. O setor varejista, apesar de dependente das importações, tornava-se cada vez mais diversificado e mais dinâmico, sobretudo nos bairros do Recife e de Santo Antônio. Além das mercadorias importadas, produtos vindos de outras províncias conquistavam espaço no comércio local. A intervenção no porto do Recife ocasionou um gradativo processo de desabastecimento do comércio local e conseqüente alta de preços das mercadorias, uma situação largamente denunciada pela imprensa oposicionista.

Não é de estranhar que nos vejamos hoje a braços com os dois mais horríveis males que afligem a humanidade em grande número dos membros ao mesmo tempo: - a fome e a peste. A fome ali nos bate a porta com suas garras de abutre e já o povo geme no meio de suas ânsias. A carne e a farinha nos faltam, tem subido a um preço exorbitante, e os demais gêneros de primeira necessidade se vão sumindo do mercado e, a olhos vistos, encarecendo (LP, 12/01/1856).

⁷ As fontes não esclarecem como eram realizadas as desinfecções, mas é possível que se utilizasse fumaça. Esse era um procedimento já realizado nas ruas, quando se acendiam fogueiras para purificar o ar.

⁸ Salubridade Pública, 24 de novembro de 1855. Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano.

Os jornais também chamavam a atenção das autoridades para a atitude especulativa de alguns taverneiros que tentavam se beneficiar da escassez de alimentos, aumentando o preço de produtos como o açúcar, a manteiga e outros, que eram vendidos fracionados (LP, 28/02/1856). O problema ganhou maiores proporções na medida em que alguns gêneros alimentícios provenientes das cercanias do Recife, aos poucos, ficavam mais escassos. Não é difícil imaginar que, temendo serem acometidos pelo cólera, muitos dos agricultores evitassem vir até a capital para vender os seus produtos. Entretanto, o *Liberal Pernambucano*, afirmava que escassez de alimentos se devia a uma medida erroneamente tomada pelas autoridades provinciais. Segundo o jornal:

A necessidade de prontas conduções de víveres e ambulâncias para o centro tem feito com que o governo lance mão da medida de tomar os cavalos dos almocreves para esse fim. O modo como é isso feito pelos soldados que correm desabridamente após os pobres matutos, como se fossem réus da polícia nos parece demasiadamente bárbaro. Esses infelizes já andam amedrontados pelas ruas e, todas as vezes que avistam um soldado de cavalaria, deitam a correr. Uma medida dessa natureza tende por certo a afugentá-los cada vez mais da cidade, além de que parece sobremaneira injusto que se lance mão de homens que só vêm à praça, impelidos por uma necessidade qualquer ou para vender víveres que trazem, ou para comprar alimentos e remédios para lugares que, muitas vezes, ainda não foram lembrados e socorridos pelo governo. Julgamos que não seria preciso lançar mão de tal meio quando, nesta cidade, existem tantas cocheiras onde o governo poderia alugar quantos cavalos quisesse para levar socorros a todas as partes, sem incomodar os que trazem víveres de fora (LP, 12/02/1856).

Um outro tipo de comércio era aquele praticado nas ruas do Recife por pessoas livres pobres e por cativos. Com uma parcela substancial de escravos urbanos entre a sua população, os recifenses encontravam neles a fonte para aquisição de uma grande diversidade de gêneros de consumo.⁹ Muitos desses escravos, circulando com variável

⁹ Segundo a Relação numérica da população livre e escrava do 1º Distrito do Termo do Recife, em 1855 a

margem de autonomia pela cidade, realizavam trabalhos que integravam uma pequena economia. Alguns atuavam no abastecimento alimentar e outros prestavam serviços como carregadores ou gazeteiros.

Durante a epidemia de cólera, o controle das autoridades sobre os cativos intensificou-se, visto que, em se tratando de uma doença supostamente contagiosa, os escravos seriam vítimas prováveis. Fatigados pelo trabalho, sem acesso a uma boa alimentação, habitando lugares insalubres (mocambos) e expondo-se à contaminação ao locomover-se constantemente pelas ruas da cidade; eles se tornavam extremamente vulneráveis aos males epidêmicos. Algumas posturas municipais que regulavam a vida dos cativos estavam diretamente relacionadas ao risco de contágio que eles poderiam representar. Isso ocorria porque uma das causas atribuídas ao surgimento das epidemias urbanas que atingiram o Recife no século XIX era a suspeita de que os escravos responsáveis pelo abastecimento de água para as residências banhavam-se nos lugares onde adquiriam o líquido. Em função disso, foram elaboradas posturas que proibiam os banhos de cativos e de pessoas livres em fontes potáveis (MAIA, 1995:32).

Certamente os escravos eram os mais expostos ao contágio do cólera, visto que eram eles que realizavam trabalhos como o transporte dos tigres cheios de excrementos para serem jogados nas praias, de água dos chafarizes para o consumo doméstico e de cadáveres para o cemitério. Paradoxalmente, o cativo era visto como uma presença essencial para a manutenção dos serviços básicos da cidade e, ao mesmo tempo, uma ameaça à saúde do resto da população. Assim, parece razoável acreditar que todas as formas de trabalho, inclusive a venda de alimentos e o transporte de cargas, realizadas nas ruas da cidade por esses indivíduos, tenham sido prejudicadas em função do medo de contágio que eles despertavam na população.

Por outro lado, é difícil avaliar como os trabalhadores pobres e livres reagiam ao perigo que representava circular pela cidade e manter contato com grande quantidade de pessoas num momento em que uma epidemia invadia o lugar. É possível que eles (sobretudo os livres), indecisos quanto ao medo e a necessidade de ir às ruas para trabalhar, muitas vezes optassem por não fazê-lo.

Em meados do século XIX, o Recife era uma cidade dependente do transporte fluvial, sobretudo das canoas apropriadas para navegar em rios (MELLO, 1984:73).

população da cidade era de 54.753 habitantes, desses 10.382 (18,96%) eram escravos.

Essas canoas constituíam o mais importante meio de transporte da época. Conduziam pessoas, água potável, móveis, utensílios e material de construção, entre outros produtos. Elas também faziam a comunicação entre o Recife e Olinda e entre a capital e as suas cercanias. Ensina Evaldo Cabral que, nas margens dos rios que percorriam terras pertencentes a engenhos, foram construídos pequenos cais por onde se embarcavam as mercadorias com destino ao porto. Era pelos rios que se dava o fluxo mais intenso dos transportes ligando a cidade às áreas próximas (MELLO, 1984:67 – 103). Da mesma forma, na capital da província a importância dos serviços realizados pelas canoas confirmava-se ao se observar a disposição da edificação de casas, muitas com a frente para o rio, e a existência de vários pontos de embarque e desembarque às margens do Capibaribe (DUARTE, 2005:60).

Em 14 de março de 1856, mês em que a epidemia de cólera fez o maior número de vítimas em Recife, o *Liberal Pernambucano* anunciou que “as conduções para Rio Formoso, nos consta estão difícilimas por falta quase absoluta de barcaças.” O anúncio é um forte indício de que esse tipo de serviço foi alterado em função da chegada do cólera ao Recife. A hipótese ganha respaldo na medida em que se considera que o transporte em canoas era realizado por escravos e homens livres pobres, pessoas vulneráveis ao contágio em função da exposição que mantinham enquanto trabalhavam e das suas condições de habitação. Assim, muitos desses canoeiros podem ter adoecido e, até mesmo, morrido durante a epidemia. Outra explicação para a escassez de barcos que circulassem entre o interior e a capital da província é que isso seja resultado da diminuição gradativa do número de pessoas corajosas a ponto de deixarem seus lugarejos para se dirigirem a uma cidade tomada pelo cólera.

A vida social em tempos de epidemia

Em 29 de novembro de 1855, o Teatro Santa Isabel anunciou um espetáculo de grande pompa, que seria apresentado no dia 2 de dezembro próximo, em comemoração ao aniversário do Imperador D. Pedro II (DP, 25/11/1855). Naqueles tempos o Santa Isabel figurava como centro da vida social das elites recifenses. Segundo Mário Sette,

Gerações e gerações passaram pelos seus camarotes e pela sua platéia. Na emoção da arte, na ânsia de comunicabilidade, nos encontros de amores, na

faceirice da vaidade (...) saraus de várias épocas, enchendo aquele teatro com cavalheiros e damas, os rapazes e as sinhazinhas do seu tempo, ouvindo pastoril, a ópera (...) Essas criaturas de outrora sentaram-se nas frisas e nas cadeiras, olharam o palco, choraram e riram-se aos espelhos do salão, apoiaram as mãos nas balaustradas, desceram as escadarias (SETTE, 1948:10).

Quando, em 1850, foi inaugurado o Teatro de Santa Isabel, iniciou-se uma nova fase na vida social e cultural da Província. Em meados do século XIX, além do Teatro Santa Isabel, existia também o Teatro Apolo. Esse era mais antigo e situado na Rua do Apolo, que ganhou esse nome em função da importância da casa de espetáculos. Ele pertencia à Sociedade Harmônica Teatral, fundada no Recife em 1832, e foi aberto ao público em 19 de dezembro de 1846, quando o Santa Isabel ainda estava em fase de construção (GUERRA, 1972:197).

O Teatro Santa Isabel, com suas festas e suas atrizes, aos poucos passou a constituir o lugar preferido para o encontro e a diversão dos estudantes, transformando-se no centro da vida boêmia da cidade.¹⁰ Nele surgiu a prática de, após cada espetáculo, exaltar as atrizes com aplausos, versos e flores. Pelas ruas do Recife, os estudantes acompanhavam as atrizes, muitas vezes, em animadas festas em suas casas (ARRAES, 1995:76 - 81). Havia também muitas famílias, moradoras lugares afastados, que vinham à cidade para frequentar os teatros. Por isso, o serviço de diligências aguardava, até altas horas da noite, o fim dos espetáculos para levar as famílias que não possuíam transporte próprio aos subúrbios mais distantes (GUERRA, 1972:197)

Em 1856, toda a alegria e o encantamento das noites festivas no Santa Isabel foram temporariamente interrompidos. Sob o reinado do cólera, a Comissão de Higiene Pública de Pernambuco recomendou ao presidente da província que decretasse a suspensão das apresentações no Teatro. A medida tinha o objetivo de diminuir os riscos de contágio, evitando a aglomeração de pessoas em lugar fechado e a exposição às variações de temperatura ao sair do recinto fechado para a brisa fria da noite, no final do

¹⁰ Naqueles tempos, a cidade recebia rapazes, que vinham ao Recife estudar na faculdade de Direito, uma das duas únicas do Brasil. Ao ingressar na Academia em busca do diploma de bacharel, os adolescentes, com 15 ou 16 anos, passavam a gozar de liberdade longe dos pais. A maioria deles vinha de outras províncias ou do interior, trazendo consigo um escravo de confiança, que vinha com a incumbência de zelar pelo jovem patrão (ARRAES, 1995:78).

espetáculo. Os médicos acreditavam que esse tipo de situação aumentaria a vulnerabilidade à doença.¹¹

As questões relacionadas à qualidade do ar já eram discutidas pelos médicos recifenses desde a primeira metade do século XIX e ganharam fôlego diante da epidemia de cólera de 1856. Para Joaquim Aquino Fonseca, presidente da Comissão de Higiene, o ar “segundo as suas condições de pureza ou de insalubridade: ele é um princípio de vida ou um veneno, mas não basta que o homem esteja cercado por uma atmosfera pura, é preciso que a quantidade do ar seja suficiente” (DP, 28/08/1855). Por isso, os médicos recomendavam que a população evitasse os espaços públicos onde se formavam aglomerações, por oferecerem maiores riscos de propagação da doença.

A interdição do Teatro Santa Isabel motivou críticas, sobretudo por parte dos adversários políticos do governo, pois acreditavam que os espetáculos eram uma forma de amenizar o sofrimento da população. O desalento que tomou os frequentadores do Teatro parece ter se estendido por meses, visto que, no dia 16 de fevereiro o público era convidado para uma “última recita da representação extraordinária a benefício dos artistas” (DP, 16/02/1856). A partir de então, os anúncios dos espetáculos desaparecem dos jornais locais, voltando a serem veiculados cinco meses depois, em julho daquele mesmo ano.

Quanto ao Teatro Apolo, não houve menção direta da Comissão de Higiene sobre a sua interdição, mas o fato de haver um longo período sem anúncios das suas apresentações, na imprensa, sugere que a medida foi extensiva também a esse estabelecimento. Seu último anúncio, antes do período sem espetáculos, dizia respeito aos bailes de máscaras que ocorreriam nos dias 2 e 4 de fevereiro, durante o Carnaval.¹²

O período carnavalesco assumiu características particulares em função do surto epidêmico que tomava a cidade naqueles dias. As discussões acerca dos riscos de contaminação proporcionados pela aglomeração de pessoas em lugares fechados já existiam, mas os bailes de carnaval nos teatros continuaram sendo divulgados nos jornais, aparentemente sem intervenções por parte da Comissão de Higiene. Existem diversas hipóteses que poderiam explicar essa situação. Uma delas é que, como a

¹¹ Saúde Pública, 12 de janeiro de 1856.

¹² Depois disso, as publicações relativas ao Teatro Apolo só seriam novamente veiculadas a partir do mês de julho (DP, 21/01/1856).

mortandade ainda não havia chegado aos índices alarmantes que atingiu no mês de março, não parecia necessária a aplicação de medidas mais austeras para manter a população em suas casas. Também é importante lembrar que, nesse momento (início do mês de fevereiro) os doutores ainda estavam muito atarefados, se dedicando às intermináveis discussões sobre a possibilidade de contágio da doença, o que retardou a adoção de providências importantes como, por exemplo, a desinfecção da cidade, que só foi realizada em março. Outra possibilidade é que os interesses dos grupos ligados aos eventos nos teatros - tanto os convidados dos bailes, quanto as pessoas que lucravam com a sua realização - tenham se sobreposto aos riscos iminentes que o evento poderia representar em tempos de peste.

Quanto ao carnaval realizado nas ruas do Recife, não faltaram foliões mascarados, mas o que parece ter imperado foi um misto de alegria e medo, em função das vítimas que a epidemia fazia na cidade.

Terminaram as folias de carnaval, que contou com diversos bandos de mascarados que percorreram as ruas desta cidade sem que ocorresse algum fato lamentável. Deve saber que tivemos o nosso carnaval. Felizmente, de certo tempo para cá, o péssimo costume das limas, das águas lamosas e de outras selvagerias do mesmo jaz foram substituídas pelas mascaradas, que oferecem à população um divertimento mais variado. Este ano ressentiu-se o carnaval do estado de impressão desagradável que está a população; mas nem por isso deixaram de haver folganças e divertimentos (LP, 06/02/1856).

Ao que parece, o cólera não chegou a suspender totalmente os festejos dos Dias Gordos, apenas minorou a euforia que tomava o Recife durante o carnaval. Contudo, a festa aconteceu no início do mês de fevereiro (dias 3, 4 e 5), quando a epidemia ainda não demonstrava todo o seu furor. Nos dias que se seguiram, a cidade veria a vivacidade dos dias de festa se transformar em dias de profundo sofrimento, diante da devastação que lhe foi imposta pelo cólera.

Religiosidade e medo diante do mal

O convívio com a trágica estatística de mais de cem vidas diariamente ceifadas pelo cólera, no ano de 1856, levou os recifenses a acreditarem que a epidemia era um

castigo divino. Por ser um momento calamitoso, permeado por imagens de terror, as epidemias, em todo o mundo, eram interpretadas como uma punição. O desconhecimento das causas do mal e a impotência da medicina fortaleciam essa interpretação e faziam crer nas penitências como a única chance de se deter o mal.

Enquanto o cólera devastava a província de Pernambuco, os jornais refletiram o pânico que se apossou da população. Ele pode ser percebido ao observar a infinidade de orações implorando a proteção Divina que ocupavam as páginas dos periódicos locais, diariamente. “Abrandai, oh! Meu Deus abrandai. Do cólera fatal a ferocidade. O maldito monstro desviou. Da pobre e infeliz humanidade” (DP, 28/02/1856).

Dezenas de procissões foram realizadas, naquele ano, com o intuito de pedir proteção para a população da cidade. Quando o cólera atingiu o Recife, as autoridades eclesiásticas, interpretando a doença como punição Divina, organizaram uma série de atos de penitência, como o da Irmandade de São Pedro que resolveu “conservar aberta a sua igreja todos os dias das 7 horas até às 9 horas da noite e, nela, expor a veneração dos fiéis que quiserem recorrer a Clemência Divina para que nos livre do terrível flagelo de que está ameaçada esta capital”, uma cena que se repetiu em diversos outros templos da cidade (DP, 01/01/1856).

Essa concepção religiosa da doença se enquadrava perfeitamente no imaginário popular da época, sobretudo em um lugar onde a religiosidade da população era tão aflorada e em um momento em que a ciência não oferecia explicações seguras sobre o mal. Nesse cenário, a epidemia assumia ares de castigo de Deus, resultante dos pecados da população. Assim, fazia-se necessário buscar a redenção, através das orações, missas e procissões. Algumas delas, realizadas durante a epidemia, assumiram características que apontam para uma intensa necessidade de oferecer, publicamente, demonstrações de fé e de arrependimento pelos pecados cometidos. Mário Sette descreve a atmosfera de dramaticidade que tomou um desses eventos:

Na Boa Vista, houve, à noite, uma procissão de que os recifenses guardaram por muitos anos emocionante lembrança. Saiu da Igreja da Santa Cruz e destinava-se à Matriz, onde ficaria a imagem de Nossa Senhora da Piedade. Uma onda de povo, ao mover-se o préstimo, o céu se carregou de nuvens negras. Relampejava constantemente. De súbito, ouvem-se trovões, e fortes. Aumentam. A chuva desaba violentamente, inunda, mas os fiéis prosseguem. Vão com água até os tornozelos, mas vão e cantam: Senhor! Pelos vossos

passos para salvar a humanidade, da cruel peste livrai ao povo desta cidade!
(SETTE, 1948:221 - 225.)

A interpretação religiosa da doença e os atos de penitência promovidos pelas autoridades eclesiásticas sofreram críticas das camadas ilustradas da população. Elas afirmavam que as manifestações religiosas públicas, que reuniam grande quantidade de fiéis, expunham as pessoas ao risco de contágio, além de envolver a cidade em uma atmosfera de melancolia e terror. Um artigo, publicado no *Diário de Pernambuco*, ilustra bem essa situação e demonstra o incômodo que começava a surgir em função das penitências realizadas publicamente.

O que quer dizer essas procissões de penitências, que além de não serem feitas legalmente, vão as penitentes de túnicas brancas, carregando correntes e mugindo medonhamente por essas ruas da capital? Não basta fazer ver ao povo por meios judiciosos, pelas reflexões evangélicas, pelas mesmas doutrinas do divino mestre que só o pecado é a causa genitora desse flagelo que nos acabrunha? (DP, 28/02/1856)

Outra teoria sobre o cólera obteve muitos adeptos entre os recifenses: a do medo como fator de predisposição para o contágio. Ele esteve presente mesmo antes que a epidemia chegasse à cidade e assumiu grandes proporções, quando a doença começou a fazer as primeiras vítimas no Recife. Médicos, religiosos e leigos concordavam que as medidas de prevenção não seriam eficazes se as pessoas fossem tomadas pelo medo, pois acreditavam que ele seria capaz de desequilibrar o corpo e a alma. Por isso, era preciso eliminar as situações que despertassem esse sentimento, como: as procissões com forte caráter dramático e os longos cortejos fúnebres que atravessavam a cidade. Também o interminável dobrar dos sinos das igrejas - que tocavam pelos doentes, pelos mortos, durante os sepultamentos e durante as procissões - foi duramente criticado.

À exemplo da Paraíba do Norte, porque não se param com esses sinais lúgubres que, alta noite partem as Tôrres? Pois custa a quem vier pedir a matriz Santa-unção dirigir-se a casa do sacristão e este avisar ao Sr Vigário? Ora, que birra ou gosto de, quando descansa, Deus sabe como, o povo impressionado, acordar tremendo, às vezes, com três compassadas e fortes pancadas nos sinos grandes – Bom!... Bom!...Bom!...O que quer dizer isso? Nesses tempos de aflições tudo

que pode concorrer para aterrar deve ser banido inteiramente (DP, 29/02/1856).

Informa Gilberto Osório de Andrade que chegou a haver uma postura municipal proibindo os badalos dos sinos por mais de cinco minutos seguidos, mas que a medida nem sempre era posta em prática, sendo burlada em função de alguns finados privilegiados (ANDRADE, 1989:77 – 78)

Também foi o medo o responsável pelas alterações nas atitudes diante da morte e dos mortos. Os sepultamentos, que antes eram cercados de pompas fúnebres, passaram a ser realizados rapidamente e, em muitas ocasiões, os cadáveres foram abandonados pelas famílias. É possível que a tentativa de evitar que o pavor se espalhasse entre a população seja mais um motivo - além dos riscos de contágio - para que a Comissão tenha aconselhado um rápido sepultamento para os coléricos.¹³

Sobre os medos provocados pelas epidemias, Philippe Ariès argumenta que, em tempos de peste, os comportamentos são profundamente modificados. Não apenas as relações entre os vivos, mas a relação com os mortos, que passam a ser encarados como uma ameaça. O medo também é capaz de disseminar a desconfiança em relação aos estranhos, ao próximo, ao médico e à família (ARIES, 1977).

Em Recife, seja por receio do contágio ou em função das medidas de segurança adotadas pelas autoridades, durante os três primeiros meses do ano de 1856, os recifenses modificaram muitos dos seus hábitos. Este foi um período de desconfiança e isolamento, quando o convívio social passou a significar uma ameaça.

O movimento estrepitoso, que outrora enchia ruas e praças, foi quase nulo e apenas havia alguns sinais de animação no espaço que decorre das dez horas da manhã às três da tarde; nas outras partes do tempo reinava uma perfeita monotonia. Os regozijos públicos têm cessado inteiramente e os próprios ajuntamentos, que nesta quadra do ano se formavam para ver as procissões, têm desaparecido (DP, 17/03/1856).

¹³ Relatório do estado sanitário da província de Pernambuco durante o ano de 1856. Comissão de Higiene Pública – Tipografia M. F. de Faria, 1857. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

As ruas e pontes do velho Recife imperial, onde era comum se encontrar escravos puxando carroças ou carregando fardos, homens de cachimbo e paletó de xadrez, capitalistas conversando na praça, casais que passavam de mãos dadas, pedintes de esmolas para os santos, meninos a empinar papagaios e toda sorte de comerciantes; pareciam adormecidas.

Nos dias em que a doença assediou mais intensamente o Recife, agito da cidade foi substituído pelo medo. O silêncio das ruas apenas era quebrado pelo toque dos sinos que anunciavam mais uma morte ou pelos fiéis que saíam em procissão, buscando no sobrenatural algum alívio para os seus dias de dor.

Fontes:

Relação Numérica da População Livre e escrava do Primeiro Distrito do Termo do Recife (10 de janeiro de 1856). Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano.

Relatório do Presidente da Província de Pernambuco à Assembléia Legislativa, 1857, p. 22. Arquivo Público Estadual de Pernambuco.

Relatório do estado sanitário da província de Pernambuco durante o ano de 1856. Comissão de Higiene Pública – Tipografia M. F. de Faria, 1857. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Salubridade Pública, 24 de novembro de 1855. Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano.

Ofício da Presidência da Província à Câmara Municipal do Recife, 03 de março de 1856. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Saúde Pública, 12 de janeiro de 1856. Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano.

Bibliografia:

ANDRADE, Gilberto Osório de. *A Cólera-Morbo*. Um momento crítico na história da medicina em Pernambuco. 2ª ed. Recife: FUNDAJ - Massangana, 1989.

ARIES, Philippe. *História da Morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

ARRAES, Izabel Concessa Pinheiro de Alencar. *Teatro Santa Izabel: Biografia de uma casa de espetáculos*. Dissertação (Mestrado em História) – CFCH/ UFPE. Recife, 1995.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *Cólera: Representações de uma angústia coletiva*. A doença e o imaginário social no século XIX no Brasil. 1997. Doutorado em História - IFCH – UNICAMP. Campinas, 1997.

DUARTE, José Lins. *Recife no tempo da maxambomba (1867-1889): O primeiro trem urbano do Brasil*. Dissertação (Mestrado História) – UFPE, 2005.

GUERRA, Flávio. *Crônicas do Velho Recife*. Recife: Editorial Norte-Brasileiro, 1972.

MAIA, Clarissa Nunes. *Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas: o controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - CFCH, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1995.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Canoas do Recife: um estudo de microhistória urbana*. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, v. 50, 1984.

SETTE, Mário. *Arruar*. História pitoresca do Recife Antigo. Rio de Janeiro: Livraria da Casa do Estudante do Brasil, 1948.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.